

QUANDO O SERTÃO É UMA OPÇÃO: a ocupação de Cantagalo e o desenvolvimento de uma atividade econômica nos anos finais do XVIII e início do XIX.

Manuel Affonso Ornelas¹

Artigo recebido em: 10/01/2023.

Artigo aceito em: 01/06/2023.

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo proporcionar uma reflexão acerca da formação econômica social em Cantagalo, cidade do Estado no Rio de Janeiro, no início da sua ocupação por colonos, nos anos finais do século XVIII e início do XIX. Uma atividade econômica diferente da que foi pensada com a “miragem do ouro” era o que encaminharia as famílias pioneiras à formação de riqueza e acumulação de capital, contribuindo para a formação e acentuação da divisão hierárquica no local, constituindo a primeira elite social da localidade. Tempos depois essa área pertenceria ao Vale do Paraíba Fluminense, um núcleo de grandes fazendas que se tornaram a principal fonte econômica por anos no Império do Brasil. Utilizo os registros eclesiásticos e inventários *post-mortem* da época.

PALAVRAS-CHAVE: Produção; Elite; Economia; Sociedade; Local.

WHEN THE HITERLAND IS NA OPTION: The occupation of Cantagalo and the development of an economic activity in the late 18th and early 19th years.

ABSTRACT:

This article aims to provide a reflection on the economic and social formation in Cantagalo, a city in the state of Rio de Janeiro, at the beginning of its occupation by settlers, in the late 18th and early 19th centuries. An economic activity different from what was thought with the “golden mirage” was what would lead the pioneer families to the formation of wealth and capital inheritance, prevailing for the formation and accentuation of the hierarchical division in the place, constituting the first social elite of the locality. Later this area would belong to the Vale do Paraíba Fluminense, a

¹ Mestrando em História Social no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UNIRIO). Bolsista do programa CAPES/PROEX. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8005048008227563>; E-mail: affonso_ornelas@hotmail.com.

nucleus of large farms that became the main economic source for years in the Empire of Brazil. I use ecclesiastical records and post-mortem inventories of the time.

KEYWORDS: Production; Elite; Economy; Society; Local.

1. Introdução

Na História econômica de Cantagalo (cidade do Estado do Rio de Janeiro) existem duas épocas que são exponenciais para uma série de estudos sobre a região, uma, anterior ao ano de 1786, que enuncia o período da extração de pedras preciosas, tida como ilegal pela Coroa portuguesa no chamado Sertão de Macacu, e outra, entre os anos de 1830 e 1870, referente ao momento de alta produtividade cafeeira nas *plantations* escravistas da zona territorial que ficou conhecida como Vale do Paraíba Fluminense. O escritor Clélio Erthal, natural de Cantagalo, em seu livro “Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café”, que ficou muito conhecido na história regional, faz menção direta aos dois períodos supracitados, que atravessam da Colônia ao Império do Brasil.²

Contudo, é interessante salientar que no entremeio desses dois períodos, há um espaço de aproximadamente 44 anos, em que aconteceu a regularização dos aparelhos políticos e administrativos, e a fixação das primeiras famílias na localidade. A análise inclusiva desse intervalo temporal evidencia importantes questões para a construção do cenário econômico e social em Cantagalo, como já foi assunto no artigo de Sheila de Castro Faria, intitulado, “Ouro, Porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX)”.³

Na primeira parte do artigo, trato de aspectos relacionados às primeiras atividades produtivas exercidas no território, um movimento ainda considerado ilegal

² ERTHAL, Clélio. “Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café. 2. ed. Niterói: Nitpress, 2008.

³ FARIA, Sheila de Castro. “Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX). ANAIS DO MUSEU PAULISTA, v. 26, p. 1- 42, 2018.

pela coroa portuguesa. Na época, a região considerada “Sertão de Macacu”, era uma zona que se localizava entre a Capitania de Minas e do Rio de Janeiro, que na concepção das autoridades coloniais, predominantemente, eram habitadas por indígenas.

Na segunda parte, estabeleço uma relação dos primeiros habitantes da região com a esperança no passado aurífero da região, realizando um breve levantamento das fontes e cruzando com outros trabalhos da região. A família nesse momento torna-se uma das bases para o desenvolvimento do sistema de produção dos agentes no território.

Na terceira e última parte, analiso os empreendimentos da época, contido nos seis inventários que tive acesso até o ano de 1820, recolhidos no acervo digital do Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo, uma unidade vinculada à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

2. O “sertão” como uma opção aos planos expansionistas coloniais.

O processo de expansão português no Novo Mundo privilegiou a princípio a formação de núcleos de povoamento em regiões litorâneas e terras que oferecessem recursos para a exploração e o fortalecimento das rotas comerciais no Atlântico. Essa particularidade dizia muito sobre as estratégias dos ideais de Conquista, e a implantação de unidades políticas locais na América portuguesa.⁴

O território de Cantagalo experimentou o efetivo estabelecimento de pessoas e a criação de um movimento ocupacional nas últimas décadas do século XVIII. Antes disso, a região era considerada área de “sertão”, que estaria localizada entre as Capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Exprime-se no contexto colonial que os sertões seriam terras predominantemente indígenas, que se formavam com a

⁴ Ver “CARDIM, Pedro e HESPANHA, António Manuel. “A estrutura territorial das monarquias ibéricas”. In: XAVIER, Ângela B.; PALOMO, Federico e STUMPF, Roberta (orgs.). *Monarquias ibéricas em perspectiva comparada* (sécs. XVI-XVIII). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018, pp. 51-96.

interiorização dos ibéricos, e a criação de centros populacionais nas áreas onde melhor e mais rápido fornecesse resultados aos interesses do poder central.

No caso do Sertão de Macacu, a ocupação indígena era composta pelos grupos Coroados, Goitacazes, Chopotó, Coropó e Puris, segundo os levantamentos de (FARIA, 2018, p. 7 *apud* MALHEIROS, 2008, p. 145). No livro de batismos mais antigo da Igreja do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, que tenho acesso através do arquivo digital do CMPD-CAN, observo a realização do ritual com integrantes de algumas dessas tribos, a exemplo de Coroados⁵ e Coropó⁶. Esse fato demonstra a presença desses grupos no início da composição da ordem colonial na região.

Segundo o dicionário reformado por Antônio Moraes Silva, do padre Rafael Bluteau, sertão é “o interior, o coração das terras (...) o sertão toma-se por mato longe da costa”⁷. No contexto expansionista português, podemos dizer que o sertão é um “vazio” jurisdicional entre uma região e outra, e que mesmo não sendo composto diretamente de um aparelho político e administrativo, poderia fazer parte dos planos coloniais, por representar na maioria das vezes uma porção de terras com ocupação indígena. Como aponta Renata Araujo (2014, p. 78) “é recorrente referir-se que as vicissitudes do processo de ocupação do território tinham redundado numa visão arquipelágica do Brasil onde coexistiam áreas efetivamente ocupadas que se encontravam, no entanto, separadas umas das outras pelos diversos sertões”⁸.

Entretanto, por mais que considerado “áreas proibidas”, muitos colonos, principalmente das áreas limítrofes, adentravam os sertões, motivados por novas descobertas e melhores condições de vida. Esse movimento seria facilitado pelo desconhecimento das autoridades nessas regiões, que a priori não estava incluída nos

⁵ Acervo da Igreja do Santíssimo Sacramento de Cantagalo. Livros de batismos. CMPD-CAN (Arquivo digital). IMSSC-LB040A-201

⁶ Ibidem. IMSSC-LB040A-213v

⁷ Dicionário composto do P. D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio Moraes Silva, v. 2, p. 396

⁸ ARAÚJO, Renata Malcher de. “As configurações internas: as fronteiras entre as capitanias”. Promontoria, a. 11, n. 11, 2014. pp. 71-87.

planos expansionistas coloniais, tornando-se algumas vezes, uma verdadeira área de ordem social indesejada.

No Sertão de Macacu, o pedido de Maurício José Portugal, na década de 1760, para minerar nos sertões, inaugura a série de documentações que informam sobre a presença de colonos no sertão, e apresenta uma situação que deveria ser comum aos que habitavam os arredores dessa porção territorial. A justificativa de Maurício aos governadores interinos (que atuavam na Capitania do Rio pelo advento da morte do Conde de Bobadela) para fazer o “descoberto do ouro”, partiu da premissa que “tendo praticado com alguns índios brabos daqueles sertões, o tinham informado que, por ali, havia abundância daquele metal, trazendo, por duas vezes algumas amostras” (SOUZA, 1980, p. 22).⁹

O relato de Maurício expõe a sua aproximação recorrente com os indígenas, muito provavelmente baseado por relações de trocas que poderiam acontecer de maneira geral às pessoas que tinham sítios ou fazendas próximos a região “proibida”, o que terminava por facilitar o fluxo de informações e de pessoas, não só para dentro do sertão, mas entre as jurisdições de Minas e Rio, mesmo sem o aval da coroa. Para (ARAUJO, 2014, p. 78) o sertão se constituía em “uma aproximação virtual de áreas que poderiam estar distantes, mas que mantinham uma relação privilegiada ou, mais especificamente, um canal privilegiado de comunicação”.

A carta topográfica de Manoel Vieyra Leão, de 1767, intitulada “Certão ocupado por índios bravos”, está inserida no contexto de descoberta das autoridades coroa da presença de contrabandistas do ouro no Sertão de Macacu, necessitando que se produzissem maiores informações sobre essa região, facilitando no processo imposição da ordem no território.

⁹ SOUZA, José Antônio Soares de. “As Minas do Sertão de Macacu”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, n. 326, jan./mar. Brasília: Rio de Janeiro, 1980.

Figura 1: “Certão ocupado por índios bravos”



Fonte: “Certão ocupado por índios bravos”. Manoel Vieira Leão. Cartas Topográficas da Capitania do Rio de Janeiro mandadas tirar pelo III^o e Ex^o Sr. Conde da Cunha Capitam Genreal e Vice Rey do Estado do Brazil. 1767. p. 4, 14, 15. Acervo: Fundação Biblioteca Nacional.

O sertão parecia ser uma zona territorial “esquecida” pela coroa no movimento expansivo colonial, pelo menos até representar um espaço conflitante com a ordem social pretendida para as localidades. No Sertão de Macacu o que provocou os olhares do poder central para essa região foram as atividades do garimpo e da faiscação do ouro realizadas pelos contrabandistas.

As tentativas de imposição da ordem no Sertão de Macacu podem ser caracterizadas em duas fases, a primeira, mais discreta e pacífica, que pretendia cessar o contrabando através da proteção das fronteiras e o arrasamento das áreas de acesso às “picadas”. E uma segunda, direta e intensiva, que programava a busca e prisão dos criminosos e a ocupação da região de maneira legal frente à coroa, ou seja, com a criação de um aparelho político e administrativo para o território.

A primeira fase de intentos não deu muito certo, tendo como uma das ações mais evidentes a devastação das fazendas, executada pelo Conde da Cunha, com foco na região da serra de Cachoeiras, logo após a autorização dada a Maurício José Portugal para minerar nos sertões, uma concessão que não foi bem vista pelo poder central, assim também, como pelo vice-rei que assumiu em 1763, o citado, Conde da Cunha. (SOUZA, 1980, p. 23)

A segunda fase dispara ao fim do governo do Marquês de Lavradio e a chegada do seu sucessor Luís de Vasconcelos e Souza, em 1779. O chegado vice-rei ainda insistiria em guardar os caminhos para o sertão, pensando que com a falta de abastecimento seria prejudicada a permanência dos contrabandistas na região. As prisões e as buscas por suspeitos nas fronteiras resultaram em um ponto importante, o recolhimento de relatos e depoimentos, que fizeram descobrir uma figura que ficou reconhecida como o grande organizador e líder das atividades ilegais do contrabando, o “Mão de Luva”. (SOUZA, 1980, p. 26)

Num primeiro período, a vedação do Sertão a qualquer tipo de presença humana e um segundo período, com uma “nova política” de invasão, prisão de contrabandistas e ocupação por mineradores e lavradores, esta

iniciada, na prática, a partir da chegada do vice-rei Luis de Vasconcelos, em 1779. (CARDOSO, 2022, p. 61)¹⁰

Um cotidiano ilegal feito pela entrada de pessoas em área de jurisdição irregular, que fez adaptar a dinâmica colonial para o funcionamento da localidade em direção aos interesses do poder central. Mas o que as autoridades na época pareciam não saber de início, era que a maioria dos contrabandistas não entrariam pela serra, mas sim, atravessando o rio Paraíba, em área de divisa com Minas, explicando em partes o fracasso dos primeiros intentos contra os contrabandistas partido pela Capitania do Rio. Como (SOUZA, 1980, p.38) diz que “em 1784 já se carteavam Luís de Vasconcelos e Luís da Cunha Menezes, sobre as minas de Macacu, por se verificar que, por Minas Gerais, se conseguiria chegar mais facilmente ao novo descoberto”.

O fim da trama foi proveniente do governo de Minas, com Luís da Cunha Meneses, que colocou o Sargento-mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho para liderar a diligência. Como apresenta (FARIA, 2018, p. 8):

São Martinho iniciou a inquirição de pessoas que transitavam pelos portos do rio Paraíba, em particular na localidade chamada de Porto do Cunha (hoje correspondente ao 3º Distrito do município do Carmo, no estado do Rio de Janeiro).

Em 1786, ocorreu a prisão de “Mão de Luva” e seu bando. Nessa ocasião a Coroa liberou as terras de Cantagalo para a habitação por colonos, organizando as questões necessárias para a ocupação do território.

Importante salientar que em dimensão, é incomparável o antigo território com o atual, o desmembramento de Cantagalo deu origem aos municípios de Nova Friburgo, Bom Jardim, Duas Barras, Trajano de Moraes, Teresópolis, Sumidouro, Santa Maria Madalena, Itaocara, Carmo, Cordeiro, Macuco e São Sebastião do Alto, além da atual Cantagalo.

3. O passado produtivo e a ocupação do território.

¹⁰ CARDOSO, Vinicius Maia. “Pouco conhecido, montuoso, e emboscado: poder e economia no sertão do Macacu 1786 a 1790”. Tese (Doutorado em História) - Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2022.

A compreensão ampla do cenário que se desenvolve para o processo de migração no Arraial das Novas Minas do Sertão de Macacu é indispensável se quisermos entender quais eram as esperanças dos habitantes pioneiros da região. Primeiramente é importante frisar a figura dos antigos contrabandistas, destacando Manoel Henriques, ou “Mão de Luva”, que foi reconhecido por líder dos contrabandistas, a participação dessas pessoas na história e a atividade por eles desempenhada, contribui ao rótulo criado para a região na atração dos colonos.

Manoel Henriques viria de Minas Gerais, assim como muitos dos contrabandistas, parece ser bem evidente que ele já praticara a mineração por algum tempo dentro da legalidade, e, estava no sertão procurando melhores condições econômicas com a atividade ilegal. Fugia principalmente da cobrança do quinto do ouro, e como (GARCIA, 2018, p. 250) exhibe, do esgotamento dos veios, causado pelo aumento da população na Capitania de Minas Gerais, já que havia alta procura dos colonos para se estabelecerem em áreas econômicas promissoras.¹¹

“Mão de Luva” residia em Xopotó com sua família, uma localidade de Minas, que é fronteira com o sertão. Salienta (OLIVEIRA, 2008, p. 123-124) a partir das fontes “(...) que o próprio Manoel Henriques ficara em sua casa e teria passado para as lavras de Macacu sem ser incomodado pelas autoridades mineiras”¹². Esse trânsito de uma zona de jurisdição regular para outra irregular se traduziria em uma fronteira totalmente informativa sobre o potencial econômico daquela área proibida.

Através das fontes recolhidas por (OLIVEIRA, 2008, p. 138) considera-se que “Mão de Luva” seria uma pessoa bem posicionada socialmente, integrante da elite mineira, casado com Dona Maria de Souza, filha do Capitão Antônio de Souza Ferreira. Como evidenciado por (FARIA, 2018, p. 6) ele “se casou em uma família

¹¹ GARCIA, Romyr Conde. “O mão de luva e os sertões de Serra acima: Garimpos clandestinos e conflitos sociais no Brasil Colônia. Revista UNIFESO, v. 4, n. 4, p.246-268, 2018.

¹² OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. “Mão de Luva e “Montanha”: bandoleiros e salteadores nos caminhos de Minas Gerais no século XVIII – Matas Gerais da Mantiqueira: 1775-1786. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

mais titulada que a dele, o que significava que tinha inserção nas famílias prestigiadas da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga”.

No pioneirismo do Arraial das Novas Minas de Cantagalo, entre os inventários mais antigos que tenho acesso, um é de Antônia Ferreira Soares, em 1816¹³. Ela era filha do Padre Vicente Ferreira Soares, que também estava na região no início da ocupação, sendo o dono da Fazenda do Bom Jardim. Segundo (FARIA, 2018, p.12) o padre teria se estabelecido com seu irmão José Ferreira Soares nos primeiros anos da década de 1790, e era natural de “São Caetano, bispado de Mariana, provavelmente São Caetano do Xopotó (ou Chopotó), região então sob a jurisdição de Guarapiranga”.

Coincidência ou não, Manoel Henriques tinha residência, no mesmo local que era indicada a naturalidade do Padre Vicente Ferreira Soares, se a perspectiva de (FARIA, 2018, p. 12) estiver certa. Acredito que sim. Friso que não tenho base para afirmar que Vicente continuava a morar no seu local de nascimento, mas uma reflexão no sentido de compreender que alguns habitantes pioneiros poderiam ter contato, mesmo que não muito íntimo, com os antigos contrabandistas, sugere um intenso fluxo de informações que justifica os anseios dos mineiros para o Sertão de Macacu, provocando a chamada “miragem do ouro”.

Outra questão, ainda da família de Vicente Ferreira Soares, é que no inventário de sua filha Antônia Soares, o mais antigo a que tenho acesso¹⁴, havia indicação de ouro e prata lavrado, o que pode indicar que a família por algum tempo realizou a atividade mineradora em Cantagalo. Os primeiros habitantes de Cantagalo pensavam em dar prosseguimento no passado da exploração de pedras preciosas. O anseio pelo ouro dos sertões provocou concupiscência nos habitantes de outros locais, principalmente das áreas limítrofes.

¹³ Acervo Keith Barbosa. Inventário de Antônia Teixeira Soares – 1816. CMPD-CAN (Arquivo digital).

¹⁴ Para a existência dos inventários na região após 1815, Sheila de Castro Faria (2018, p.10) encontra uma possível justificativa na ausência de tabelião residindo no local.

Quem iria para Cantagalo nos anos primordiais de autorização para a habitação pela Coroa, já tinha uma atividade produtiva em mente, pré-estabelecida, do qual imaginaria viver e se desenvolver. Até porque o plano de ocupação do território criado pelas autoridades da Coroa, também incluíam a distribuição e o desbravamento dos veios auríferos. Isso fica claro na exposição do secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, Martinho de Melo e Castro que (MARRETO, 2019, p. 52-53 *apud* ERTHAL, 2008, p. 52-53) comenta:

Vale lembrar que o objetivo de se iniciar o povoamento daquelas terras tão logo os bandoleiros fossem vencidos já constava no ofício de 1785, no qual se afirmava que seria necessário se “repartirem as ditas lavras e outras terras minerais daquele sertão por vassallos úteis e industriosos.”¹⁵

Todavia, apresentarei com a investigação dos inventários *post-mortem* que o ouro não foi uma atividade principal para a fixação dessas pessoas no momento de ocupação do local. Creio que algumas famílias podem ter se debruçado na exploração do ouro ao menos até os primeiros anos da década de 1800, insistindo nesse exercício mesmo com baixos ganhos, como foi o caso de Antônia Soares. Para ela e sua família, existia um bom potencial para arriscar uma atividade que não oferecesse resultados imediatos, muito devido à boa posição social e econômica apresentada pelos cargos e títulos logrados por Vicente Ferreira Soares¹⁶.

Mas o insucesso com o ouro foi procedido pelo cultivo de café em massa, inaugurando o período que é caracterizado por Clélio Erthal como o “esplendor do café?” Como que uma cultura de *plantations* é precedida em uma localidade? Refletir

¹⁵ MARRETO, Rodrigo. “O opulento capitalista: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo (c.1829-c.1873). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2019, p.37. *apud* Ofício do Secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo Castro ao Vice-Rei do estado do Brasil, Luís de Vasconcelos e Souza. (Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro-Caixa 135, docs. 8, 4, 5.) – 8 de Janeiro de 1785. em ERTHAL, Clélio. “Da miragem do ouro ao esplendor do café”. Niterói: Nitpress, 2008, p. 52-53.

¹⁶ Vicente Ferreira Soares tinha vínculos com outros integrantes da ordem ritual e da elite social na localidade, que é comprovado através da participação nos primeiros batizados e óbitos realizados na região. A sua Fazenda do Bom Jardim, que contava com um cemitério e um oratório consagrado a São Francisco de Paula, serviu de espaço para alguns desses rituais. Ver no Acervo da Igreja do Santíssimo Sacramento de Cantagalo. Livros de batismos e de óbitos. CMPD-CAN (Arquivo digital).

sobre essas questões no estudo de caso de Cantagalo será o objetivo do tópico que segue.

4. Uma economia de subsistência e comércio interno.

Claramente o que impulsionou a ocupação da região foi a possibilidade de ganhos econômicos com as pedras preciosas, assim como, estimulou a coragem dos contrabandistas na realização da extração dentro dos sertões. E concordando com (FARIA, 2018, p. 13) “a extração do ouro (...) ultrapassou o século 18 e serviu como chamariz para ocupar a região (...)”.

Mas a realidade produtiva de Cantagalo não estava baseada na mineração, diferente de como foi por um grande tempo na região limítrofe de Minas Gerais. Essa proximidade territorial e o fato de não haver exploração de forma legalizada nessas terras por um grande período, também pode ter ajudado na mentalidade do ouro entre os habitantes pioneiros.

Optei por limitar-me aos inventários datados até o ano de 1820, que servirão como base para as investigações. Levando em conta que tal fonte é um registro dos bens após a morte do inventariado, o conteúdo é uma descrição da vida cotidiana daquele indivíduo. Nesse caso, a data limite de 1820 é posta no objetivo de estabelecer um marco para os acontecimentos, sem se importar se os herdeiros e meeiros dariam prosseguimento pelo mesmo caminho indicado na listagem.

Os inventários nos fornecem informações básicas sobre diversos aspectos da vida urbana e rural, permitindo-nos, por exemplo, reconstruir o movimento de uma fazenda: a origem de seu capital, o tamanho da propriedade, a produção e a produtividade, o número de escravos e animais, os instrumentos e equipamentos de trabalhos, despesas e dívidas dos fazendeiros, detalhes sobre seu modo de viver, sua moradia, etc. (FRAGOSO & PITZER, 1988, p. 32)¹⁷

¹⁷ FRAGOSO, João Luis Ribeiro; PITZER, Renato Rocha. “Barões, Homens-Livres, Pobres e Escravos: Notas Sobre o Uso de Inventários Post-Mortem Na Pesquisa Histórica. ARRABALDES, v. 1, n. 2, p. 29-52, 1988.

Uma questão que deve ser levantada é que o inventário não era feito a qualquer um, como indicado nas considerações de (FARIA, 1998, p. 226) “(...) somente pessoas que tinham um mínimo de relevância social e econômica, suficientes a desenvolver a escrituração, eram inventariadas”¹⁸. Ou seja, a análise aplicada a seguir, está direcionada aos membros da elite local.

Tabela 1: Inventários da região de Cantagalo até o ano de 1820.

Ano	Inventariado (a)	Inventariante
1815	Ana Joaquina do Amor Divino	José de Almeida Nunes
1816	Antônia Ferreira Soares	Antônio Teixeira de Lemos
1817	Dona Francisca Rosa da Câmara	Manoel Vieira do Espírito Santo
1819	Antônio de Oliveira Torres e Juliana Maria de Santa Clara	José Antônio de Oliveira Torres
1819	Francisco Ferreira Guimarães	Manoel Vieira de Souza Almeida
1820	Sebastiana Maria de Jesus	Antônio de Melo de Oliveira

Fonte: Acervo Keith Barbosa. Inventários *post-mortem*. CMPD-CAN (Arquivo digital).

Entre os seis inventários selecionados, ocorre uma questão curiosa desvendada por (FARIA, 2018, p. 11), ao menos três deles, haviam morrido anos antes da confecção do registro, são, Ana Joaquina do Amor Divino, com óbito datado de setembro de 1808, Sebastiana Maria de Jesus, em março de 1809, e, Antônio de

¹⁸ FARIA, Sheila de Castro. “A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. v. 1.

Oliveira Torres, em 1808. Isso reforça a tese de (FARIA, 2018, p. 10) que talvez não existisse “tabelião ou notário residentes” no local nessa época.

Passando pela localidade em 1809, os relatos expressos pelo viajante inglês Johw Mawe, contido no trabalho de (MUAZE, 2011, p. 312), é esclarecedor ao pensamento do desenvolvimento de uma atividade econômica específica para as elites nesse momento na região. Entrando nas terras do “Arraial das Novas Minas de Cantagalo”, notou que a extração mineral se findara e a agricultura teria se tornado a prática principal de produção¹⁹.

Mas as escravarias registradas nos inventários não apontam para uma produtividade agrária de larga escala, destinada para exportação. Na classificação feita por (SALLES, 2008, p. 155) para um estudo sobre Vassouras, região também localizada no Vale do Paraíba Fluminense, utilizou-se como base, os inventários *port-mortem* entre os anos de 1821 e 1880, período expoente para a produção cafeeira no Vale. Segundo o autor:²⁰

Os microproprietários, que possuíam entre um e quatro cativos; os pequenos proprietários, donos de 5 a 19 escravos; os médios proprietários, que detinham de 20 a 49 escravos; os grandes proprietários, donos de 50 a 99 escravos; e os megaproprietários, com 100 ou mais cativos.

O território de Cantagalo para o período dos inventários, não sustentaria a produção de café em *plantations* com o baixo número de escravizados visto no cenário geral até 1820. Os proprietários se encaixariam ao modelo de Ricardo Salles como, microproprietários e pequenos proprietários, exposto na tabela a seguir.

Tabela 2: Escravaria dos inventários até o ano de 1820.

Inventariado (a)	Nº de escravizados
Ana Joaquina do Amor Divino	7

¹⁹ MUAZE, Mariana. “O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial”. In: Inventário de Fazendas, fase III, 2011.

²⁰ SALLES, Ricardo. “E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Antônia Ferreira Soares	6
Dona Francisca Rosa da Câmara	19
Antônio de Oliveira Torres e Juliana Maria de Santa Clara	1
Francisco Ferreira Guimarães	4
Sebastiana Maria de Jesus	3

Fonte: Acervo Keith Barbosa. Inventários *post-mortem*. CMPD-CAN (Arquivo digital).

Essa observação nos permite concluir que quando falava de agricultura, Johw Mawe se referia a médias e pequenas roças, um cultivo mais direcionado à subsistência e ao mercado interno, como (FARIA, 2018, p. 14) destacou para essa área. Contudo, empregando outra análise, considero que a produção agrária estava mais diretamente ligada ao sustento do indivíduo e sua família, e, ao empreendimento com certo risco, sem excedente considerável. O que realmente predominava era a presença de animais. Mais aqueles que serviriam para a produção de alimentos do que os de “uso da propriedade”, ou seja, para o transporte e auxílio no trabalho com a terra. Vejamos a tabela três.

Tabela 3 – Produção agrária e animais nos inventários até 1820.

Inventariado (a)	Produção agrária	Animais
Ana Joaquina do Amor Divino	X	10 vacas, 2 bestas, 1 mula, 16 porcos do campo e 6 leitões desmamados do campo.
Antônia Ferreira Soares	X	X
Dona Francisca Rosa da Câmara	X	15 bestas muares, 40 gados vacum, 2 cavalos de sela, 40 porcos de ceva em

		princípio de engorda, 100 cabeças de porcos de pasto e 10 carneiros.
Antônio de Oliveira Torres e Juliana Maria de Santa Clara	1 quartel de café plantado e várias árvores de espinhos.	1 besta.
Francisco Ferreira Guimarães	Cafés, Laranjeiras e bananeiras.	7 bois, 4 garrotes e 1 besta.
Sebastiana Maria de Jesus	6 mil pés de café.	1 mula, 1 besta, 6 gados e 22 porcos.

Fonte: Acervo Keith Barbosa. Inventários *post-mortem*. CMPD-CAN (Arquivo digital).

Os dados apontam alta presença de porcos e gados para as propriedades, provavelmente, itens destinados ao comércio na própria comunidade, já que pela quantidade, certamente o excedente sobre o consumo da unidade familiar aconteceria. Foi principalmente sobre essa atividade, que as primeiras famílias fincaram bases na região e realizaram a primordial acumulação de capital, em um sistema comercial e de pequena escala.

Eram agricultores e criadores, principalmente de porcos, com poucas cabeças de gado e animais de cargas, como mulas e bestas. Os porcos é que eram realmente numerosos. Criavam esses animais soltos no campo, indicados como “porcos do campo” ou “porcos de pasto”(…). (FARIA, 2018, p. 12)

Alguns dos inventariados uniram os empreendimentos agrários com os pecuários e arriscaram no café. Poderia indicar certa estabilidade econômica para tentar o diferente, mas na verdade, também representava uma tentativa de melhor se posicionar na hierarquia local. A presença de café acontece nos registros de Sebastiana Maria de Jesus, Francisco Ferreira Guimarães e Antônio de Oliveira Torres, com sua esposa, Juliana Maria de Santa Clara. Encontro uma justificativa para isso, já que o

poderio econômico por vias comerciais não era o necessário à ascensão social. Da mesma forma que, um grande proprietário de terras poderia não dispor dos mesmos ganhos que um comerciante. As elites não sobreviveriam somente por via econômica, e buscar atividades que rendessem prestígio social foi uma alternativa (FRAGOSO, 2013, p.16).²¹

Para esses inventariados pioneiros no processo de ocupação de Cantagalo, a importância do poder econômico era equivalente a aquisição de prestígio social. Era uma hierarquia social se constituindo em uma localidade. E como na historiografia vários trabalhos como os de (MONTEIRO, 2006)²², (MAGALHÃES, 2005)²³, (CHACÓN JIMÉNEZ, 2006)²⁴ e (RAMINELLI, 2008)²⁵ apontaram, a mobilidade social não está ligada ao poderio econômico nas sociedades de Antigo Regime. Começar a produzir café em larga escala e sair da atividade do comércio para esses casos analisados, poderia implicar uma inserção na “posição de mando”²⁶ da sociedade, abrindo espaço para o requerimento de títulos, sesmarias e outros benefícios distribuídos pela coroa portuguesa no processo de formação das

²¹ FRAGOSO, João. “Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro(1830-1888). 1 ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

²² MONTEIRO, Nuno G. “Elites locais y movilidad social em Portugal a finales del Antiguo Régimen”. In: CHACÓN JIMÉNEZ, F & MONTEIRO, Nuno G.(orgs.). Poder y Movilidad Social. Cortesanos, religiosos y oligarquias em la Península Ibérica (siglos XV-XIX). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Universidad de Murcia, 2006, pp.247-284.

²³ MAGALHÃES, Joaquim Romero. “Os nobres da governança das terras”. In: MONTEIRO, Nuno G.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda S. “Óptima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime”. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp.65-97.

²⁴ CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco. “Reflexiones sobre História y Movilidad Social”. In: CHACÓN JIMÉNEZ, F & MONTEIRO, Nuno G.(orgs.). Poder y Movilidad Social. Cortesanos, religiosos y oligarquias em la Península Ibérica (siglos XV-XIX). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Universidad de Murcia, 2006, pp. 43-58.

²⁵ RAMINELLI, Ronald. “A escrita e a espada em busca de mercê”. In: Viagens Ultramarinas. Monarcas, vassalos e governo à distância. São Paulo: Alameda, 2008, pp. 17-60.

²⁶ Termo utilizado por João Fragoso em: FRAGOSO, João. “Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888). 1 ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

localidades na América portuguesa. Entretanto, alcançar as estratégias das elites visando a mobilidade social em Cantagalo, é assunto para outro artigo.

5. Conclusão

A formação econômica e social na região de Cantagalo encontrou suas bases nas atividades de comércio interno e subsistência, por circunstâncias locais que fizeram os pioneiros da região adaptar uma atividade econômica que estivesse pautada na realidade produtiva local. Empreendimento que ofereceu estabilidade às famílias naquele tempo, e está diretamente ligado ao processo de acumulação de capital que originou a primeira elite social da região e talvez esteja ligado aos investimentos das elites senhoriais²⁷ na produção cafeeira de larga escala.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Renata Malcher de. As configurações internas: as fronteiras entre as capitânicas. **Promontoria**, a. 11, n. 11, 2014. pp. 71-87.

BURKE, Peter. **Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVIII**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

CARDIM, Pedro & HESPANHA, António Manuel. “A estrutura territorial das monarquias ibéricas”. In: XAVIER, Ângela B.; PALOMO, Federico e STUMPF, Roberta (orgs.). **Monarquias ibéricas em perspectiva comparada (sécs. XVI-XVIII)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018, pp. 51-96.

CARDOSO, Vinicius Maia. **Pouco conhecido, montuoso, e emboscado: poder e economia no sertão do Macacu 1786 a 1790**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2022.

CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco. “Reflexiones sobre História y Movilidad Social”. In: CHACÓN JIMÉNEZ, F. & MONTEIRO, Nuno G. (orgs.). **Poder y Movilidad Social. Cortesanos, religiosos y oligarquias em la Península Ibérica (siglos XV-XIX)**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Universidad de Murcia, 2006, pp. 43-58.

²⁷ Por elites me refiro àquelas famílias que estavam em posições cimeiras segundo os critérios de “status, poder e riqueza. Ver: BURKE, Peter. “Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVIII”. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p. 16.

ERTHAL, Clélio. **Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café**. 2. ed. Niterói: Nitpress, 2008.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento, Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. v. 1.

FARIA, Sheila de Castro. “Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX)”. **ANAIS DO MUSEU PAULISTA**, v. 26, p. 1-42, 2018.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. “A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)”. **Topoi Revista de História do Programa de Pós-graduação em História da Ufrj**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 45-123, 2000.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)**. 1 ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro; PITZER, Renato Rocha. “Barões, Homens-Livres, Pobres e Escravos: Notas Sobre o Uso de Inventários Post-Mortem Na Pesquisa Histórica”. **ARRABALDES**, v. 1, n. 2, p. 29-52, 1988.

GARCIA, Romyr Conde. “O mão de luva e os sertões de Serra acima: Garimpos clandestinos e conflitos sociais no Brasil Colônia”. **Revista UNIFESO**, v. 4, n. 4, p. 246-268, 2018.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. “Os nobres da governança das terras”. In: MONTEIRO, Nuno G.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda S. **Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 65-97.

MARRETO, Rodrigo. **O opulento capitalista: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo (c.1829-c.1873)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2019.

MONTEIRO, Nuno G. “Elites locales y movilidad social em Portugal a finales del Antiguo Régimen”. In: CHACÓN JIMÉNEZ, F. & MONTERIO, Nuno G. (orgs.). **Poder y Movilidad Social. Cortesanos, religiosos y oligarquias em La Península Ibérica (siglos XV-XIX)**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Universidad de Murcia, 2006, pp. 247-284.

MUAZE, Mariana. “O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial”. In: **Inventário de Fazendas**, fase III, 2011.

OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. “**Mão de Luva**” e “**Montanha**”: **bandoleiros e salteadores nos caminhos de Minas gerais no século XVIII – Matas Gerais da Mantiqueira: 1775-1786**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

RAMINELLI, Ronald. “A escrita e a espada em busca da mercê”. In: **Viagens Ultramarinas. Monarcas, vassallos e governo à distância**. São Paulo: Alameda, 2008, pp.17-60.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOUZA, José Antônio Soares de. “As Minas do Sertão de Macacu”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 326, jan./mar. Brasília: Rio de Janeiro, 1980.